

DF busca um modelo próprio

Sheila Dunaevits

Sê o Distrito Federal ganhar representação política em breve, como estimam membros do governo local, advogados e juristas, quais serão os modelos viáveis e suas consequências imediatas? O *Jornal de Brasília* colheu algumas visões sobre a questão entre juizes e técnicos do Superior Tribunal Eleitoral, que serão aqui sintetizadas.

Em primeiro lugar, a partir da representação política do DF, a lei orgânica dos partidos terá de ser adendada, pois a atual não permite a legalização de partidos na Capital Federal. Essa modificação poderá se dar de duas maneiras: através de uma lei isolada ou dispositivo complementar. Tudo dependerá de decisão do Congresso Nacional, que dispõe de assessoria capaz de indicar o melhor caminho.

Mas esse passo só poderá ser dado após uma definição sobre a forma de representação política que o DF terá. Se dependesse da vontade da população, teríamos representantes em todos os níveis: Câmara dos Vereadores, Assembléia Legislativa, Câmara Federal e Senado. Contudo, tal decisão passa pela esfera política e implicará em alguns obstáculos a serem transpostos.

Câmara de Vereadores

Imaginemos que cada cidade do DF, tanto Brasília como as satélites, fosse considerada um município e passasse a ter Câmara de Vereadores e eleições para prefeito. Ou então que apenas Brasília continuasse a ter prefeito nomeado indiretamente. No Plano Piloto, à semelhança do que ocorre no município do Rio de Janeiro, por exemplo, funcionaria a Assembléia Legislativa e ainda teríamos eleições para deputados federais, senadores e governador.

Um modelo do gênero, que transformaria o DF numa unidade da Federação, conferindo-lhe representação política semelhante a dos outros estados do País, é uma faca de dois gumes, segundo observam juristas. E isso porque implicaria na mudança de todo o sistema de arrecadação e tributação das cidades.

— Brasília é uma área muito pequena, que não vive apenas da arrecadação de impostos de seus habitantes, pois essa é insuficiente para o volume de atividades na área social que o GDF desenvolve. Como município autônomo, talvez não obtivesse mais os recursos extras do Governo Federal, o que sempre ocorreu. Quanto a cidades como Sobradinho e outras, passariam também a ter autonomia, a arrecadar, e não usufruiriam mais dos benefícios que uma administração centralizada lhes confere, observou o juiz Geraldo Costa Manso, diretor-geral da secretaria do Superior Tribunal Eleitoral.

Tamanho é documento

Há quem use o tamanho do DF como argumento para combater a representação política a nível de Câmara de Vereadores. Muitos juizes lembram o exemplo do Rio de Janeiro quando aquela cidade abrigava o Poder Central, antes de 1960. Naquela época, a Câmara do Rio foi apelidada de "gaiola de ouro" por ser um local onde os vereadores passavam o maior tempo na ociosidade, discutindo questões sem importância e criando um ambiente até de baixo nível.

— A história não se repete, cada situação é singular. Mas já que Brasília comporta a Câmara Federal e Senado, uma Câmara de Vereadores passa a ser quase insignificante em relação às decisões tomadas pelos dois grandes órgãos de representação política do País, explica o juiz Costa Manso.

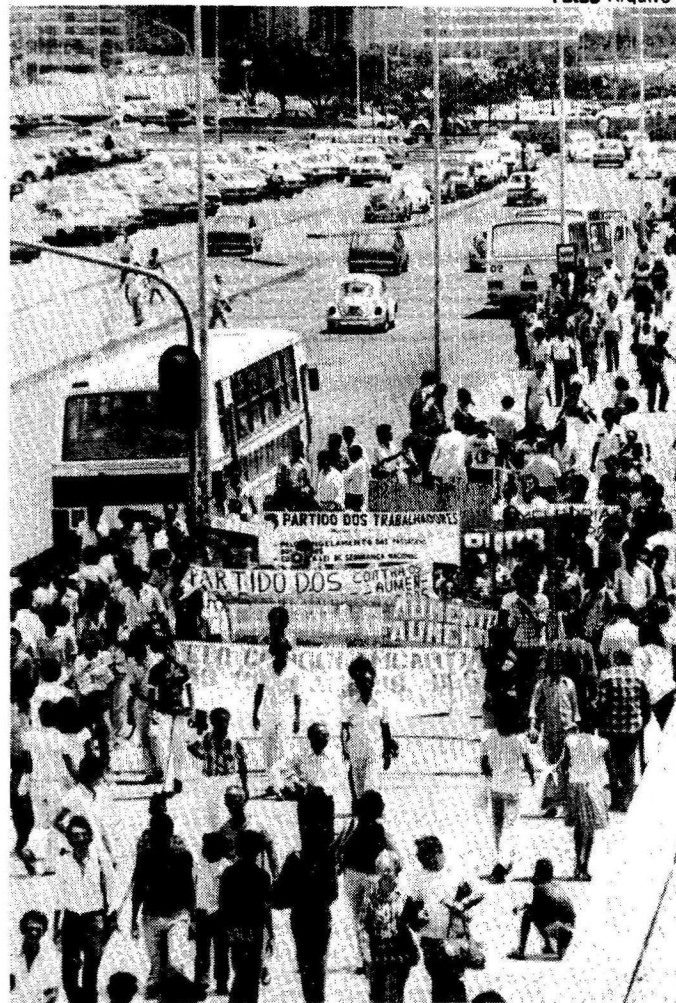
Ele citou o exemplo de Rondônia, que é do tamanho do Estado de São Paulo, enquanto o DF é apenas um pontinho no mapa. Baseado nisso, muitos outros juizes, como ele, ponderam que a Câmara dos Deputados e o Senado absorvem a maior parte da atenção, inclusive da Imprensa, embora não neguem que os vereadores tenham uma função importante e específica, estabelecida em lei.

Outros caminhos

Cada Estado da Federação elege atualmente o mínimo de 8 deputados federais e 3 senadores, enquanto os territórios elegem só vereadores e quatro deputados federais. O Distrito Federal poderia, então, ter um modelo igual ao dos Estados ou mais abrangente que o dos territórios, criando uma nova forma de representação: elegeria deputados estaduais (fazendo do DF um estado sem municípios, como a antiga Guanabara), federais e senadores.

A questão da eleição direta ou nomeação de prefeitos e governador também é um ponto a ser definido na representação política para o DF, o que esbarra, conforme ressaltaram alguns entrevistados, "no jogo de interesses que cerca as indicações a altos cargos".

De qualquer forma, o juiz Costa Manso entende que se o Distrito Federal passasse a eleger deputados federais e senadores, como desejam, inclusive, lideranças do PMDB local, isso já seria um grande avanço. Ele só participou de uma eleição em Brasília, a única depois da fundação da cidade, que deu a vitória a Jânio Quadros, em 1960.



Para a cidade que abriga o Poder, os habitantes estão exigindo representação política Desde eleição para vereador e deputado, até senador e governador